RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano IV, v.1, n.2, ago./ dez 2024. | submissão: 06/12/2024 | aceito: 08/12/2024 | publicação:10/12/2024

O Atendimento Educacional Especializado e os desafios para a garantia da acessibilidade de pessoa com deficiência física no ambiente escolar

Débora Cristina Rosa de Souza Cardoso
Carla Andressa Santos Muniz
Dilene Correia Santos
Jusenir Batista Montalvão
Rosângela Nogueira de Assis Bueno

RESUMO
Este artigo é um Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado – latu sensu. Este trabalho visa analisar os diversos desafios que são enfrentados pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado) quanto à acessibilidade das pessoas e alunos que tem algum tipo de deficiência. Fez-se uma pesquisa bibliográfica em busca de contribuições de autores como: MAZZOTTA (1996); MANTOAN (2004); MANZINI (2006); MINETTO (2008) entre outros. Sabe-se que os conhecimentos adquiridos advêm de discussões, problemáticas e estudos, para tanto é importante que esteja sempre em busca de novos ensinamentos. O ambiente escolar é onde, a partir da convivência, encontra-se o ponto chave dessa pesquisa, as dificuldades de acessibilidade para pessoas com deficiência. Sendo assim percebe-se que o Atendimento Educacional Especializado se insere nesse contexto em busca de mudanças e auxilio para a melhora dos padrões existentes. Em meio aos resultados elenca-se que o atendimento especializado contribui para que melhore o quadro da falta de acessibilidade que está instalado no ambiente escolar, também permite que a comunidade escolar se envolva e a partir daí se conscientize e tome um posicionamento favorável à causa e também se una a sociedade para juntos alcançarem o maior número de beneficiados possível.
Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Desafios. Acessibilidade. Deficiência Física. Ambiente Escolar.

Introdução

O Atendimento Educacional Especializado, termo que pode ser substituído pela sigla AEE, é um fator muito discutido no âmbito escolar, é preciso fazer uma análise geral para chegar a um ponto comum de como ela contribui de sobremaneira para o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais e de que maneira pode contribuir para que a acessibilidade seja implantada dentro do ambiente escolar.

Na atualidade o que se percebe é um grande número de alunos portadores de necessidades especiais que por muitas vezes são deixados de lado, não recebem o atendimento necessário seja por falta de profissionais especializados ou até mesmo de não ter como chegar até o ambiente escolar pela falta de recursos como: rampas, corrimãos, piso adequado, entre outros.

O maior desafio da educação nos leva a um sentimento de mudança e reflexão sobre a formação dos docentes, pelo fato de que as conquistas na aprendizagem transcorrem bem conforme a aplicação do ensino e da gestão. O intuito é verificar que o Atendimento Educacional Especializado é um importante promotor de inclusão dentro do ambiente escolar e pode promover a acessibilidade na escola.

Percebe-se que para a educação especial ser uma realidade atuante e acessível aos alunos com necessidades especiais, se faz necessário que as escolas com atendimento educacional especializado, sejam acima de tudo inclusivas como um todo, visando beneficiar todos os seus educandos e envolver toda a comunidade escolar e também a sociedade.

Para chegar aos objetivos propostos, foi utilizado o recurso metodológico de pesquisa bibliográfica, sendo realizada a partir de análise de uma variedade de literaturas e materiais já publicados, também artigos científicos disponíveis na internet.

O referido texto final está fundamentado nas ideias e concepções de vários autores que discorrem sobre o tema como: MAZZOTTA (1996); MANTOAN (2004); BRASIL (2008); MANZINI (2006); MINETTO (2008).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Desenvolvimento

O AEE no Brasil se incorporou a partir do século XIX, teve a Europa e os Estados Unidos da América como exemplo. As organizações tiveram seu início como instituições voltadas especialmente para o atendimento de cegos, surdos, pessoas com deficiência intelectual e física. Todo esse atendimento evidenciava o assistencialismo que sempre ficou marcado, perdurou até que fossem criados os estabelecimentos educacionais para atendimento dos alunos especiais (MAZZOTTA, 1996).

O autor Mantoan (2004) nos apresenta o AEE como um serviço de apoio que melhor atende as especialidades dos alunos com deficiência, sendo que o mesmo é um complemento da educação escolar, portanto deve ser encontrado e deve estar presente em todos os níveis escolares de ensino.

O AEE é um trabalho que atua como educação especial, esse serviço é disponibilizado no contraturno do aluno que frequenta o ensino regular, é disponível em caráter obrigatório a todos os alunos que fazem parte do público atendido pela educação especial (BRASIL, 2008).

O AEE é sem dúvidas, um complemento educacional, um recurso que tem ao seu dispor uma gama de estratégias de apoio que são oferecidos aos alunos com deficiência, possibilitando aos mesmos várias formas de atendimento, tudo isso de acordo com suas necessidades, o que garante de fato o direito à educação de qualidade e plena (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2010).

> (...) os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009, p. 1)

A inclusão é um ponto chave dentro do ambiente escolar, por muitas vezes é discutido e traz questões de vários cunhos, a escola tem por dever se incumbir da função de facilitar e proporcionar a melhor aprendizagem possível para todas as crianças, a carga de responsabilidade do estado é no intuito de garantir que a comunidade escolar esteja munida do preparo necessário para receber a todos sem distinção.

Para haver a inclusão do aluno dentro do contexto escolar, livre de situações vexatórias e desconfortáveis é necessário que a comunidade escolar e a sociedade estejam preparadas de maneira que venham suprir as condições que serão favoráveis ao aluno para que seja alcançado de forma plena e integral.

> (...) uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar, sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum (WERNECK, 1999, P. 23).

O que se analisa hoje é a completa falta de estrutura, seja física ou estrutural do ambiente escolar para a inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência. Para os espaços escolares a acessibilidade, tem como avaliação o parâmetro conforme os elementos arquitetônicos que se englobam e são organizados em locais de acesso por onde os alunos transitam, em todos as atividades escolares que são propostas (AUDI; MANZINI, 2006).

Precisa-se notar que a acessibilidade é o ponto chave para que haja a inclusão dentro das escolas. A acessibilidade é importante e indispensável, somente com ela há a possibilidade da garantia do acesso dos alunos ao ambiente escolar, bem como a locomoção dos indivíduos por todos os locais e espaços. É evidente no Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004 que a acessibilidade é definida da seguinte forma:

> [...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, p. 45-46).

A acessibilidade também é definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 9050 (ABNT, 2004), como sendo o termo acessível:

> Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação. (ABNT,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

2004, p 02).

Ao investigar dados em um estudo se pode perceber que, para haver uma inclusão de fato na prática, é necessário que aconteçam várias mudanças físicas no ambiente escolar que promovam realmente a acessibilidade e o melhor desempenho das atividades, de maneira que os equipamentos sejam adequados, os ambientes construídos sejam próprios para os alunos com deficiência (DISCHINGER, 2004).

O AEE tem por finalidade auxiliar, também na promoção da acessibilidade, bem como se torna um principal difusor da ideia de que a comunidade escolar de se tornar formadora do pensamento de inclusão e acesso a todos.

> O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008).

Verifica-se a afirmativa de que as escolas por vezes em estudos apresentam algumas características que dispunham de acessibilidade física para que receba os alunos que utilizavam cadeira de rodas, como: portas segundo as normas adequadas, corredores mais amplos e portões de acesso. Porém, alguns espaços e objetos, precisam de uma melhor formatação para que possa atender às variadas e diferentes necessidades dos alunos. Toma o exemplo dos banheiros adaptados, retirada de degraus, pisos sem antiderrapantes e bebedouros adaptados. Sendo assim segundo os autores as várias condições de acessibilidade que são faltosas, nesses casos não são supridas pela falta de conhecimento da própria comunidade escolar (CORRÊA E MANZINI, 2010).

Sendo assim a comunidade escolar deve ser promotora da acessibilidade, o professor, como sendo o facilitador do aprendizado, também tem a importante incumbência de difundir a acessibilidade e inclusão dentro do ambiente escolar, o aluno deve se sentir acolhido e participante das atividades que são propostas sem nenhum tipo de exclusão ou resistência por parte dos colegas.

O professor não pode ter uma visão do aluno com necessidades educacionais especiais como um incapacitado, se há essa visão deve ser combatida e mudada, a mudança deve ocorrer visando uma elaboração de atividades com variedades de possibilidades, respeitando as diferenças, pautando a inclusão e valorizando o aluno em sua totalidade (MINETTO, 2008).

O autor ainda frisa o assunto da seguinte forma:

> O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto □todos□ os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (MINETTO, 2008, p. 101)

Portanto é notória a importância do AEE, da comunidade escolar e do professor, conjuntamente trabalhando para que possam enfrentar os desafios que são encontrados na garantia da acessibilidade no ambiente escolar, é imprescindível que todos se unam num único propósito de promover a educação a todos e assim atender aos alunos de forma integral e total.

Para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos é importante a evidência do tripé escola-família-sociedade, é por meio dessa efetiva participação que os educadores podem conhecer melhor o seu alunos e as suas peculiaridades, auxiliando na interação e na vivência do ensino, da prática e aprendizagem, ainda se confirma de acordo com Silva (2010) □um bom relacionamento entre família e professores amplia as possibilidades e cria novas formas de atividade e afetividade□, fica evidente que todos envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem são importantes e valiosos para que haja a garantia dos direitos à acessibilidade e ensino dos alunos no ambiente escolar.

3 Conclusão

Conclui-se que o referido trabalho buscou enfatizar e evidenciar o Atendimento Educacional Especializado e os principais desafios que se erguem na garantia da acessibilidade de pessoa com deficiência física no ambiente escolar, trazendo uma visão dos autores, baseada na no ambiente escolar, no professor como peça importante no ensino e na sociedade, sendo que não há promoção de acessibilidade e inclusão sem a atuação dos mesmos.

O AEE é uma peça chave, importante para que os alunos portadores de necessidades especiais e

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

que precisam de um atendimento especializado, sejam alcançados, com o objetivo de oferecer ao aluno a escolarização, conforme cada característica e peculiaridade. Também é um grande promotor da inclusão, pois através das leis e conhecimentos pode difundir aspectos que são pontos estratégicos, visando também a elaboração de recursos pedagógicos que favorecem o ensino-aprendizagem e garantem o direito a educação plena de qualidade.

A comunidade escolar deve desempenhar um papel importante na educação, qualidade de vida e na promoção da inclusão. O aluno ao chegar no ambiente escolar deve se sentir acolhido, de maneira que o local atenda às suas necessidades, disponha de recurso que o ajudará a vencer os desafios que lhe são impostos e a superar os seus limites. As instituições escolares, devem ser munidas de conhecimento e recursos que amparem o aluno com necessidades especiais, locais de fácil acesso, amplitude do ambiente, materiais e objetos condizentes com as normas e parâmetros impostos.

O professor como facilitador no processo de ensino-aprendizagem deve trabalhar com o olhar pautado no direito que todo aluno tem de igualdade e de oportunidade de aprender, o educador deve se manter de forma ativa e participativa quanto ao ato de incluir e oportunizar a acessibilidade do aluno nas atividades e no ambiente escolar, cada aluno deve ser atendido por ele conforme às suas necessidades, limites, habilidades e capacidades.

Portanto, mediante ao estudo, revisões bibliográficas e o que foi apresentado, nota-se que para haver uma efetivação da acessibilidade dos alunos portadores de necessidades especiais é imprescindível a participação de todos nessa empreitada, para que a partir daí seja criado e ampliado novos horizontes, novas ideias e concepções, também sejam combatidas e modificadas visões contrárias a acessibilidade e inclusão, priorizando o aluno e seu aprendizado integral e total.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. NBR 9050: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações espaços, mobiliários e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

AUDI, Eloísa Miranda Mazzini; MANZINI, Eduardo José. Protocolo para avaliação de acessibilidade em escolas do Ensino Fundamental: um guia para gestores e educadores. Marília: ABPEE, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192>. Acesso em: 28 de out. de 2018.

CORRÊA, Priscila Moreira; MANZINI, Eduardo José. Avaliação da acessibilidade em escolas do ensino fundamental usando a tecnologia digital. 2010. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 26 de out. de 2018.

Decreto N° 5.296, 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis N° 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/ páginas/23/2004/5296.htm>. Acesso em: 26 de out. de 2018.

DISCHINGER, Marta. Desenho Universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis: Prelo, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferença na escola: como andar no fioda navalha. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar. São Paulo: Summus, 2006.

MINETTO, Maria de Fátima. O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf> Acesso em: 23 de out. de 2018.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em:file:///C:/Users/Simone/Desktop/Revista%20ed%20B%C3%A1sica/rceb004_09.pdf Acesso em: 23 de out. de 2018.

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: Ibpex, 2010.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.